vinetur

# Reino Unido vai proibir alguns infratores libertados de frequentarem pubs

As autoridades disseram que restrições ajustadas a cada caso também poderão impedir infratores de frequentar eventos com grande afluência, recorrendo a recolher obrigatório, pulseiras eletrónicas e monitorização por GPS.

sexta-feira, 2 de outubro de 2026




O governo britânico disse na quinta-feira que vai impor um novo conjunto de condições de licença aos infratores libertados da prisão, incluindo proibições de entrar em pubs, assistir a grandes eventos públicos e visitar outros locais considerados como

aumentando o risco de novos crimes.

O Ministério da Justiça disse que as medidas visam reduzir a reincidência e reforçar a proteção pública, mantendo os infratores afastados de ambientes que possam desencadear comportamentos prejudiciais. Ao abrigo do plano, os infratores em regime de licença também poderão ficar sujeitos a recolher obrigatório, marcação eletrónica e monitorização da localização através de tecnologia GPS. No sistema britânico, ser libertado em regime de licença significa que uma pessoa sai da prisão antes do fim da pena, mas continua sujeita a supervisão rigorosa na comunidade.

Segundo o ministério, as restrições serão adaptadas a cada caso e aplicadas a infratores aprovados para libertação antecipada. Os serviços de liberdade condicional supervisionarão o cumprimento, trabalhando com a polícia e com o apoio de tecnologia de monitorização. Se um infrator violar as condições, disse o ministério, essa pessoa poderá regressar imediatamente à prisão.

O governo descreveu o pacote como o conjunto mais rigoroso de restrições de licença alguma vez introduzido no Reino Unido. Essa caracterização veio do Ministério da Justiça, que disse ter desenvolvido a abordagem em coordenação com a polícia e os serviços de liberdade condicional e com base em lições de programas anteriores de supervisão. O ministério acrescentou ainda que a política responde à preocupação pública com a reincidência.

O anúncio não detalhou integralmente a operação para todos os casos, mas deixou claro que os responsáveis querem um uso mais alargado de restrições baseadas em locais. Estas podem incluir não só pubs e clubes, mas também jogos de futebol e outros eventos com grande afluência, onde tensões, consumo de álcool ou o anonimato em grupos numerosos podem complicar a supervisão. O ministério disse que o objetivo é impedir que os infratores regressem a contextos ligados a comportamentos passados ou a circunstâncias que aumentem a probabilidade de novas infrações.

A política faz parte de um esforço mais amplo do governo para mostrar uma postura mais dura sobre crime e gestão de infratores. Os ministros têm enfrentado pressão contínua para tranquilizar o público de que as pessoas libertadas da custódia estão a ser cuidadosamente monitorizadas, sobretudo quando decisões de libertação

antecipada suscitam escrutínio político. Ao centrar-se em condições de licença detalhadas e numa aplicação mais firme, o governo procura mostrar que a saída da prisão virá acompanhada de controlos mais apertados na comunidade.

A medida também pode ter efeitos práticos para as empresas do setor das bebidas e da hotelaria, embora o governo não tenha enquadrado a política em termos comerciais. Pubs, bares, clubes e outros locais que servem álcool podem sentir maior pressão para manter procedimentos de segurança claros e uma coordenação estreita com a polícia local em casos que envolvam indivíduos conhecidos de alto risco. Em algumas zonas, os operadores poderão enfrentar mais pedidos de vigilância em torno de clientes proibidos ou de eventos em que as condições de licença restringem a presença. O impacto disso nas operações do dia a dia dependerá provavelmente da forma como as equipas locais de liberdade condicional e a polícia aplicarem as regras.

Para o setor das bebidas, a política é relevante porque pubs e clubes são especificamente referidos como locais de entrada vedada para alguns infratores. Isso não cria, com base nas informações divulgadas na quinta-feira, uma nova obrigação legal geral para todos os locais, mas poderá aumentar a necessidade de formação de funcionários, reporte de incidentes e cooperação com as autoridades quando os infratores estejam sujeitos a restrições individualizadas. Os grupos do setor e os operadores de locais estarão provavelmente atentos a orientações mais detalhadas sobre a forma como as regras funcionarão na prática.

O Ministério da Justiça não apresentou, no anúncio, números sobre quantos infratores deverão ficar sujeitos às novas condições ou com que rapidez a política será aplicada em Inglaterra e no País de Gales. Também não publicou uma desagregação indicando quais os crimes ou categorias de risco que mais frequentemente levarão a proibições de pubs ou de grandes eventos. Esses detalhes poderão tornar-se importantes à medida que os tribunais, as equipas de liberdade condicional e as autoridades prisionais começarem a aplicar as condições mais rigorosas em casos concretos.

Ainda assim, a mensagem central do governo foi clara: os infratores libertados em regime de licença enfrentarão limites mais amplos sobre os locais que podem frequentar, uma monitorização mais próxima dos seus movimentos e consequências mais rápidas se violarem as regras. As autoridades dizem que essa combinação

pretende reduzir as oportunidades de reincidência e aumentar a confiança de que as pessoas libertadas da custódia permanecem sob controlo firme.